



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 200.258-0  
Comarca: Recife  
Vara: 4ª Vara do Tribunal do Júri  
Impetrante: Williana Nogueira Estrela  
Paciente: Jean Carlos de Barros Dantas  
Procurador de Justiça: Milta Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

142

**EMENTA:** PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. SENTENÇA CONDENATÓRIA. MANUTENÇÃO DA PRISÃOCAUTER. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTOS. REITERAÇÃO DOS MOTIVOS DO DECRETO PREVENTIVO. DEMONSTRADA NECESSIDADE DA MEDIDA. DENEGADO.

1. Devidamente fundamento o decreto prisional, nos termos do art. 312, do CPP, na necessidade de garantia da ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal, diante da periculosidade do Paciente, sua potencialidade lesiva, além da repercussão social do delito em questão, tendo inclusive repercutido em todo o território nacional, não se faz necessária nova fundamentação da medida quando da prolação da sentença condenatória, mormente quando ainda presentes os pressupostos que ensejaram a sua decretação, não tendo havido modificação na situação do Paciente.

2. Habeas Corpus denegado. Decisão unânime.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Habeas Corpus, em que figuram como partes as acima nominadas. **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Primeira Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, em sessão realizada nesta data, à unanimidade de votos, pela denegação da ordem, nos termos do relatório, voto e demais peças que integram o julgado.

Recife, 26 de janeiro de 2010.

Des. Fausto Campos  
Relator



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



Habeas Corpus nº: 200.258-0  
Comarca: Recife  
Vara: 4ª Vara do Tribunal do Júri  
Impetrante: Williana Nogueira Estrela  
Paciente: Jean Carlos de Barros Dantas  
Procurador de Justiça: Milta Maria Paes de Sá  
Órgão Julgador: Primeira Câmara Criminal  
Relator: Des. Fausto Campos

143

**RELATÓRIO**

Impetra-se o presente *habeas corpus* em favor do paciente **JEAN CARLOS DE BARROS DANTAS**, condenado nos autos do processo nº 001.2008.000640-0 como incurso nas penas dos arts. 121, §2º, I e IV (duas vezes) e 288, Parágrafo Único c/c arts. 29, caput e 69, todos do CP, apontando como autoridade coatora o Juízo da 4ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Recife, juízo sentenciante.

Alega a impetração estar sofrendo constrangimento ilegal pelo ausência de fundamento na sentença condenatória para a manutenção da prisão preventiva do Paciente.

À inicial foram acostados documentos de fls. 14/76.

Distribuídos os autos à Des. Alderita Ramos, a mesma determinou a redistribuição por prevenção à minha relatoria, por encontrar-me vinculado à apelação criminal interposta na ação penal a que se refere o presente mandamus.

Não havendo pleito liminar, determinei o apensamento do *writ* aos autos da Apelação nº 185.916-9, julgando, ademais, dispensável a requisição de informações ao Juízo impetrado, uma vez estando os autos da ação originária neste Tribunal de Justiça.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO 144**  
**GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS**



A Douta Procuradoria de Justiça, através da Dra. Milta Maria Paes de Sá, em parecer lançado às fls. 95/100, opinou pela denegação da ordem.

Eis o importante a relatar.

**VOTO:**

Busca-se, por meio do presente habeas corpus, a concessão da ordem para concessão ao Paciente do direito de aguardar o julgamento da Apelação em liberdade, por ausência de fundamento na sentença condenatória para manutenção da prisão preventiva decretada em seu desfavor.

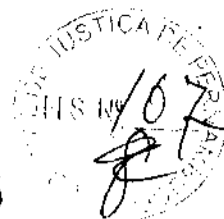
Sustenta o Impetrante, que o Juízo sentenciante, no bojo da sentença condenatória, em afronta a determinado pelo art. 492, do CPP e do art. 93, IX, da CF, restringiu-se a determinar que a manutenção do acusado na prisão onde se encontrava custodiado.

Conforme destaca a Ilustre Procuradoria de Justiça, a prisão do Paciente foi decretada ainda na fase inquisitorial, em 02/04/2003, em decisão de fls. 84/86, dos autos da ação penal anexados à presente impetração, sendo que a sua manutenção na sentença de pronúncia (fls. 39/45) e na sentença condenatória (fls. 47/50) trataram-se de mera reiteração do decreto prisional, pelos seus próprios fundamentos.

Devidamente fundamento o decreto prisional, nos termos do art. 312, do CPP, na necessidade de garantia da ordem pública, à instrução criminal e à aplicação da lei penal, diante da periculosidade do Paciente, sua potencialidade lesiva, além da repercussão social do delito em questão, tendo inclusive repercutido em todo o território nacional, não se faz necessária nova fundamentação, mormente quando ainda presentes os



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FAUSTO CAMPOS



pressupostos que ensejaram a sua decretação, não tendo havido modificação na situação do Paciente.

Destaca-se dos autos, outrossim, que o Paciente integra quadrilha armada que reiteradamente pratica crimes de tráfico de entorpecentes, homicídios e roubos na Comarca de Cabrobó e demais comarcas vizinhas, o que demonstra a necessidade da prisão por acautelamento da ordem pública.

Ademais disso, verifica-se que a instrução somente teve início em relação ao Paciente depois de sua prisão, não chegando sequer a ser ouvido na delegacia por não ter sido inicialmente localizado, assim como tendo sido desmembrada a ação em relação a alguns dos corréus justamente por encontrarem-se foragidos até a presente data, o que indica que se solto, não mais será encontrado o Paciente na ocorrência de eventual confirmação da condenação por este Tribunal *ad quem*, demonstrando a indicação da prisão como garantia à aplicação da lei penal.

Verificada a necessidade e pertinência da prisão preventiva, inadmissível a revogação do decreto segregatório que atende os requisitos legais, de forma que, por não vislumbrar constrangimento ilegal a ensejar o alcance da tutela pretendida, **voto pela denegação da ordem.**

É como voto.

Recife, 10 de outubro de 2010.

Des. Fausto Campos

Relator